

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA

*Iraildes Caldas Torres\**  
(UFAM, Brasil)

*Celso Augusto Torres do Nascimento\*\**  
(UFAM, Brasil)

*Yunier Sarmiento Ramírez\*\*\**  
(UFAM, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v9i14.905>

**Resumo:** Este artigo investiga a economia solidária e a organização do trabalho na Região Amazônica, com foco na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Área Rural de Coari, Amazonas. Trata-se de uma análise qualitativa, com base em dados coletados por meio de entrevistas. Explora-se a complexidade das práticas econômicas solidárias considerando os desafios enfrentados pelos trabalhadores associados à Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA). Destaca-se a importância da organização de trabalhadores em empreendimentos solidários para inclusão social, evidenciada na APRODUCIDA. Conclui-se que a economia solidária pode ser uma ferramenta vital, mas enfrenta obstáculos significativos na região como a falta de apoio institucional e de políticas públicas. Além da necessidade de suporte estatal, compreender a singularidade do trabalho na Amazônia é crucial, incluindo a compreensão das características locais e valorização do conhecimento local sustentável.

**Palavras-chave:** Trabalho. Organização do Trabalho. Economia Solidária. Redes de Economia Solidária. Amazônia.

## SOLIDARITY ECONOMY AND WORK IN THE AMAZON

**Abstract:** This article investigates the solidarity economy and the organization of work in the Amazon region, focusing on the Nossa Senhora Aparecida Community, rural area

---

\* Doutora em Antropologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3625-5040>. E-mail: [iraildes.caldas@gmail.com](mailto:iraildes.caldas@gmail.com)

\*\* Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com Estágio Doutoral (Bolsa Sanduiche) na Université de Lyon II, França. É sócio fundador da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Economia Solidária (ABPES). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4399-1265>. E-mail: [celsotor@gmail.com](mailto:celsotor@gmail.com)

\*\*\* Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com Pós-Doutorado na Université Lumiére de Lyon 2, França. Atua como docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e é Diretora do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. É Membro da Academia de Letras do Brasil e Vice- Presidente da Associação Brasileira de Escritores e Poetas da Pan-Amazônia (ABEPPA). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4399-1265>. E-mail: [yunier@ufam.edu.br](mailto:yunier@ufam.edu.br)

of Coari, Amazonas. This is a qualitative analysis, based on data collected through interviews. The complexity of solidarity economic practices is explored considering the challenges faced by workers associated with the *Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida* (APRODUCIDA). The importance of organizing workers in solidarity enterprises for social inclusion stands out, as evidenced in the APRODUCIDA. It is concluded that the solidarity economy can be a vital tool, but it faces significant obstacles in the Region such as the lack of institutional support and public policies. In addition to the need for state support, understanding the uniqueness of work in the Amazon is crucial, including understanding local characteristics and valuing sustainable local knowledge.

**Keywords:** Work. Work Organization. Solidarity Economy. Solidarity Economy Networks. Amazon.

## ECONOMÍA SOLIDARIA Y TRABAJO EN LA AMAZONIA

**Resumen:** Este artículo investiga la economía solidaria y la organización del trabajo en la región amazónica, centrándose en la Comunidad Nuestra Señora Aparecida, Zona Rural de Coari, Amazonas. Este es un análisis cualitativo, basado en datos recopilados a través de entrevistas. Se explora la complejidad de las prácticas económicas solidarias considerando los desafíos que enfrentan los trabajadores asociados a la *Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida* (APRODUCIDA). Se destaca la importancia de organizar a los trabajadores en empresas solidarias para la inclusión social, como se evidencia en la APRODUCIDA. Se concluye que la economía solidaria puede ser una herramienta vital, pero enfrenta importantes obstáculos en la Región como la falta de apoyo institucional y de políticas públicas. Además de la necesidad de apoyo estatal, es crucial comprender la singularidad del trabajo en la Amazonía, incluida la comprensión de las características locales y la valoración del conocimiento local sostenible.

**Palabras clave:** Trabajo. Organización del Trabajo. Economía Solidaria. Redes de Economía Solidaria. Amazonas.

## Introdução

Nos anos 1980, no Brasil, a Economia Solidária surge como uma resposta potencial a uma confluência de fatores estruturais, conjunturais, culturais e atitudinais, incluindo a reestruturação do sistema capitalista, a crise econômica, o desemprego e o engajamento de liderança nas práticas associativas e mobilizações sociais (Belo; Oliveira, 2019). Nesse contexto, as experiências da Economia Solidária, ainda em processo de construção e coexistência, são enraizadas na tradição socialista que se desenvolve dentro do sistema capitalista, enfatizando a necessidade de fortalecer a participação democrática da sociedade civil (Singer, 2003).

A partir da segunda metade dos anos 1990 os trabalhadores brasileiros começaram a vislumbrar novos rumos e alternativas de geração de renda que prescindem da espera pela implementação de políticas públicas. Descobriram novos caminhos e construíram novas metodologias de trabalho no campo do associativismo, do cooperativismo, enfim, no âmbito dos empreendimentos socialmente solidários.

No âmbito dessa revolução social em andamento, as Redes de Economia Solidária (RES) assumem um papel destacado, formando cadeias em torno da transformação social, dinamizando as trocas entre grupos próximos e viabilizando novas parcerias e possibilidades que antes se baseavam em contratos e lucro (Figueiredo, Montebello; Norder, 2020). Por meio das RES, as cooperativas permitem condições periféricas no capitalismo para ocupação de posições centrais no mercado. Associadas a isso, as decisões dessas instituições exercem influência no desenvolvimento social, na criação de novos produtos, na alteração das relações de trabalho e na construção de um consumo ambientalmente e eticamente responsável (Belo; Oliveira, 2019).

A economia solidária é uma modalidade de trabalho que ressurgiu no Brasil como uma forma inteligente de os trabalhadores colocarem-se em ação produtiva rentável, frente à crise do emprego e este estudo se ocupa de uma discussão sobre o trabalho na Amazônia com especial relevo para a economia solidária.

A problemática para investigar a Economia Solidária e a organização do trabalho na região amazônica, pode ser fundamentada pela necessidade de compreender os desafios específicos enfrentados pelos trabalhadores na área rural. A região amazônica apresenta particularidades socioeconômicas, ambientais e culturais únicas, o que demanda uma abordagem específica para entender como as práticas econômicas solidárias se desenvolvem nesse contexto. Além disso, a sazonalidade das cheias na região, um fenômeno natural recorrente, pode impactar diretamente as atividades econômicas, exigindo estratégias adaptativas e políticas eficazes para lidar com essas condições.

Diante das características singulares da Amazônia, incluindo diversidade cultural, desafios ambientais e contextos socioeconômicos específicos, como os empreendimentos de Economia Solidária na região estão sendo desenvolvidos e quais são os principais obstáculos enfrentados? Além disso, como as políticas públicas têm contribuído ou falhado em apoiar esses empreendimentos, considerando a sazonalidade das cheias e outros desafios únicos da região?

Na Amazônia profunda as comunidades tradicionais se organizam em torno da agricultura familiar, que é a grande fonte de sobrevivência de seus moradores. Esta pesquisa busca dar ênfase à agricultura familiar, por meio de uma análise do trabalho socialmente solidário na região, mostrando seus benefícios e desafios. Dessa forma o artigo tem como objetivo investigar a economia solidária e a organização do trabalho na região amazônica, com foco na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, área rural de Coari, Amazonas.

A pesquisa assume o aporte das abordagens qualitativas sob a metodologia das narrativas orais e da perspectiva histórico-dialética. O trabalho de campo foi realizado na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, área rural do município de Coari, no Amazonas. Ouvimos, sob a técnica de entrevista semiestruturada, membros da Associação Comunitária dos Produtores da Comunidade de Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA). A amostra consistiu em 02 representantes de entidades da sociedade civil-Ecosal e Rede Tapiri de Comercialização Solidária, 02 membros da diretoria da APRODUCIDA, 06 trabalhadores associados à essa entidade e 01 representante da Secretaria de Produção Rural de Coari.

A organização do trabalho na APRODUCIDA e suas experiências podem fornecer insights valiosos sobre como a Economia Solidária pode ser uma ferramenta para inclusão

social e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Isso destaca a importância de considerar as características locais e a necessidade de políticas públicas adequadas para impulsionar o setor na região. O estudo se reveste de significativa importância não só para as Ciências Sociais Aplicadas, que vêm tentando compreender o papel inovador da economia solidária, nos tempos atuais, mas sobretudo porque poderá contribuir para com os movimentos de trabalhadores rurais como um documento capaz de fundamentar estratégias de políticas públicas.

## Reflexões sobre os fundamentos e os desafios da Economia Solidária

A economia capitalista contemporânea, marcada pela crescente acumulação de renda nas mãos de uma parcela privilegiada da população, destaca-se pela competitividade que amplia a desigualdade entre vencedores e perdedores. A economia solidária tenta subverter essa lógica ao expor que, em vez de competição, estabeleça-se uma relação de solidariedade, em que todos os membros se associem de forma igualitária e sejam capazes de alcançar uma forma de vida melhor.

Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (Singer, 2002, p. 115).

Nesse contexto, a economia solidária surge como uma proposta inovadora, desafiando a lógica da competição e promovendo uma relação de solidariedade entre seus membros, baseada na administração democrática e na prática da autogestão (Mothé, 2009). A característica distintiva dos empreendimentos solidários é a autogestão, onde as decisões fluem de baixo para cima, conferindo a todos os membros poder de decisão. Diferentemente do cooperativismo, que se baseia na heterogestão com uma administração hierarquizada (Morais *et alii*, 2011), a economia solidária busca o desenvolvimento dos associados por meio da participação coletiva, educando, conscientizando e fortalecendo a confiança das pessoas (Singer, 2002).

A ausência da mais-valia é outro princípio fundamental da economia solidária, distinguindo-se do sistema de remuneração por salário. Em vez disso, os trabalhadores recebem por retiradas, uma vez que todos são proprietários do empreendimento, promovendo a divisão igualitária dos resultados, sejam eles ganhos ou perdas (Souza; Augusto Jr., 2020).

No Brasil, a relevância da economia solidária ganhou destaque a partir da década de 1990, com a redemocratização do país, permitindo a livre associação de grupos populares. Essa transferência levou à categorização de todas as atividades econômicas de iniciativa popular, com autogestão e trabalho coletivo, como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (Silva; Carneiro, 2016).

Na agricultura familiar, os empreendimentos solidários destacam-se pela ênfase nas potencialidades de produção e vendas conjuntas, valorização da criação de redes de trocas, crédito solidário e outros princípios que visam fortalecer os empobrecidos e romper com

a lógica dominante (Oliveira; Grisa; Niederle, 2020). A promoção de “circuitos curtos de comercialização” é uma estratégia comum, buscando reduzir custos e desconcentrar o mercado da influência dos grandes varejistas, favorecendo a relação direta entre produtores e consumidores (Silva; Carneiro, 2016).

Entretanto, para que haja progresso no desenvolvimento da economia solidária, é crucial que ela se torne uma política de Estado, integrando os princípios da ordem econômica na Constituição Federal. A PEC nº 69/2019 representa um passo significativo nessa direção, podendo ser um marco na luta pelos direitos sociais e pela igualdade, fortalecendo as redes de economia solidária e contribuindo para uma mudança positiva na vida das pessoas (Morges, 2020). Essas redes, segundo Morges (2020), estabelecem uma luta pela cidadania e pela democracia no Brasil, surgindo em meio a mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, facilitando a produção e comercialização de produtos baseados nos princípios da economia solidária.

Os anos de 1990 testemunharam a consolidação dos movimentos de Redes de atores sociais, caracterizados por lutas reivindicativas locais, setoriais e ambientais, que resultaram econômicas em transformações nos cenários, sociais, políticos, científicos e tecnológicos (Higa, 2005). Nesse contexto de mudanças, surgem as Redes de Economia Solidária, articuladas aos setores do estado e da sociedade civil, desempenhando um papel fundamental na elaboração teórica e no apoio a empreendimentos solidários, organizações à inclusão social e à democratização das relações de trabalho.

As Redes de Economia Solidária, segundo Mance (2003), representam uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, antagonizando o capitalismo. No contexto brasileiro, essas redes se articulam, especialmente, nas questões relacionadas à inovação e cidadania, influenciando a organização de empreendimentos autogestionários com a participação do Estado (Paiva, 2019).

A estratégia de formação das Redes de Economia Solidária surge da necessidade de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, sendo criada tanto por incentivo público quanto por iniciativa dos próprios atores sociais (Soares, 2019). Essas redes destacam-se pela atividade produtiva em cadeia, seja horizontal ou vertical, abrangendo funções de produção, comercialização e consumo de forma integrada ou complementar (Mance, 2003).

A gestão das Redes de Economia Solidária deve ser democrática e coletiva, considerando aspectos como descentralização, gestão participativa, cooperativa eleita democraticamente e regionalização (Mance, 2003). A dinâmica de desenvolvimento das RES facilita ações e transações conjuntas de recursos para alcançar objetivos organizacionais, sustentando o trabalho e a produção (Kremer; Akahoshi; Talamini, 2017). Elas se tornam uma alternativa viável quando construídas para potencializar as ações isoladas de cada empreendimento, combatendo a desigualdade e proporcionando oportunidades para os menos favorecidos.

## A economia solidária e a organização do trabalho no estado do Amazonas

O aspecto social do trabalho na Amazônia sustenta-se numa ética da solidariedade e de relações com a natureza que prescinde das determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, quer seja no âmbito do lucro e da renda da terra, quer seja no aspecto do salário ou de outros tipos de troca econômica. Furtado (1997) considera que o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o desenvolvimento.

A economia solidária é uma modalidade de trabalho que ressurgiu como reação à crise do trabalho assalariado que atingiu o Brasil e o mundo ocidental. Essa modalidade encarna em sua organização uma espécie de ressurreição de valores da cultura operária tais como a solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia feminista dentre outros. A autogestão é um elemento indissociável deste tipo de trabalho, inexistente economia solidária sem autogestão. A autogestão pode promover mudanças nas relações de trabalho trazendo nova qualidade de vida à vida do trabalhador, que se sente valorizado e potencializado em sua auto-estima, na medida em que ele se vê produzindo o seu próprio trabalho e dirigindo seu próprio negócio (Coelho, 2013).

Nessa nova fase da economia, dificilmente, um esforço isolado de uma empresa ou organização conseguirá reunir todas as competências necessárias para enfrentar com êxito os desafios do mercado. Isto, no entanto, só pode ser alcançado se tiver estratégias organizativas bem definidas com base nas decisões democráticas não só por meio de escolha de representantes para compor a diretoria pela via do voto, mas também na partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo. Neste processo, tanto o trabalho educativo quanto o método de acompanhamento devem promover autonomia e potencializar a inteligência coletiva, em que a solidariedade e a reciprocidade prevaleçam.

Em termos organizativos a economia solidária possuiu um órgão oficial dentro do Estado brasileiro até o Governo de Dilma Rousseff, consignado na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual surgiu como resposta a um amplo movimento social assentado nas várias formas de expressão da economia solidária em todo o país. No Amazonas esta organização se processa no âmbito do Fórum de Economia Solidária (ECOSOL), que possui expressiva participação no monitoramento dos empreendimentos solidários no Estado, e com representatividade no âmbito nacional. De acordo com o Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas:

A coordenação do Fórum da Ecosol tem um papel fundamental no movimento social que é articular os trabalhadores, os empregados que estão no trabalho e os organiza em forma de trabalho e cooperativa, em associação de produção. Esse é o papel do Fórum Estadual e ao mesmo tempo articular com o poder público tanto estadual, como municipal e federal (Entrevista, 2023).

A organização livre dos trabalhadores supõe uma ruptura com a ditadura do capital em favor da gestão coletiva dos empreendimentos solidários. Esta ideia tem fundamento nas primeiras formas de cooperação autogestionária, das quais Rochdale, fundada em 1844, foi a pioneira. De acordo com Nakano (2000), para que este tipo de trabalho dê certo, são necessários parâmetros mínimos: democratização das tarefas, motivação dos trabalhadores, viabilidade do projeto no médio e longo prazo.

O Fórum de Economia Solidária do Estado do Amazonas é uma entidade civil sem fins lucrativos que congrega representantes de associação de trabalhadores, cooperativas de produção e de serviços, Arranjos Produtivos Locais (APLs) dentre outros. Assume um cariz político bem definido na medida em que “o político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social” (Maffesoli, 2005, p.23).

Em nossa pesquisa perguntamos à coordenadora da Rede Tapiri de Comercialização Solidária, sobre os tipos de empreendimentos apoiados pela SENAES no Amazonas. Ela revelou o seguinte:

Aqui no Amazonas nós temos da Secretaria Nacional de Economia Solidária dois projetos em execução. Um deles é o Centro de Formação de Economia Solidária que trabalha a capacitação dos empreendimentos e fomento dos gestores públicos e na sensibilização dos atores para a execução da economia solidária no Estado. Existe um outro projeto junto ao Governo do Estado que é para fomentar a cultura mínima na área da comercialização e bancos comunitários. Fomenta a formação de 03 bancos comunitários já existentes, 05 novos bancos e 05 pontos de comercialização. Já fizemos a entrega de parte desse material que foi comprado pelo governo. Ao todo são 05 lojas no entorno abrangendo 05 territórios no Amazonas: Alto Rio Negro, Alto Solimões e Madeira (Entrevista, 2023).

Observe-se que a política pública direcionada à economia solidária tem seu foco na construção de empreendimentos infraestruturais que buscam viabilizar a economia solidária no Amazonas, dando-lhe impulso e vigor. Torres (2012, p. 104-105), considera que,

A política pública é, em última análise, a produção da própria vida social. Pensar política pública é pensar em arena política, é pensar em mudança e transformação social. Significa, fundamentalmente, pensar o papel dos pesquisadores e pesquisadoras no desenvolvimento social dos povos, e o lugar dos movimentos sociais dentro do conhecimento.

Castro (2010) também assinala dizendo que os movimentos sociais da Amazônia têm discutido propostas alternativas para um desenvolvimento social equitativo entre os povos, defendendo os interesses e as necessidades da população com sua diversidade social e étnica. Na mesma direção Furtado (1997, p.51), lembra que: “a sombra da força mobilizadora da bandeira do socialismo, brotavam movimentos de massa que amorteciam as reivindicações dos indivíduos e canalizavam as energias coletivas para a construção de um futuro hipostasiado, redentor dos males do presente”.

Para os trabalhadores, a história se resume na sua organização social, como Marx e Engels (1997), sinalizam no Manifesto Comunista. Os trabalhadores lutam para melhorar suas condições materiais de suas vidas e de todos os membros da sociedade, mesmo os mais privilegiados. Por isso, não cessam de apelar indistintamente à sociedade inteira, de preferência à classe dominante.

Atualmente, põe-se em voga o mantra do desenvolvimento social sob o cariz das políticas públicas. Não obstante, torna-se premente “haver um reordenamento da vida social [...]. A política pública é o espaço da negociação desse reordenamento” (Torres, 2012, p. 105). A política pública é a expressão da negociação reivindicativa das entidades da sociedade civil com o Estado, é o portal do desenvolvimento da sociedade em meio às relações que perpassam os interesses das diferentes classes sociais em disputa. A política pública tem um caráter humanizador.

Prosseguindo em nossa pesquisa indagamos com a coordenadora da Rede Tapiri de Comercialização Solidária, acerca dos empreendimentos de economia solidária existentes no Amazonas, e obtivemos a seguinte resposta:

Pelo cadastro de 2007 existem 463 empreendimentos. Este foi o último censo feito no Amazonas e que foi validado. Após essa validação nós temos aí a adesão de novos empreendimentos. Temos também, vários empreendimentos que ainda não conseguiram adentrar o cadastro. Hoje, nós temos no cadastro do movimento em torno de 1500 a 2.000 empreendimentos no Amazonas, mas legalmente, no sistema, só temos 604 ou 605. Lembro que nós temos uma falência muito alta desses empreendimentos, porque ou eles morrem ou eles se reinventam com uma outra dinâmica ou uma outra perspectiva num período muito curto. Num período de um ano eles tem uma nova roupagem ou ocorre o desaparecimento desses empreendimentos, ou eles trocam o foco, ou eles fecham, por falta de fomento (Entrevista, 2023).

O trabalho transcende a mera expectativa da provisão dos recursos necessários para a sobrevivência, na medida em que é capaz, também, de gerar as condições necessárias para a realização humana plena. Na acepção de Arendt (1999), como animal laborans, o homem provê só a sua subsistência: como homo faber, ele fabrica artefatos duráveis, construindo o mundo por meio da *techne*, como *zoon politikon*. Torna-se agente político, caracterizado pela ação na esfera pública. Ou seja, ele realiza as atividades humanas a partir “da coisa produzida, sua localização, sua função e duração de sua permanência no mundo” (Arendt, 1999, p.37).

Os trabalhadores, em sua ontogênese de classe, coletivo que se forja na história, são tenazmente organizados no processo político, o que confere a eles um *ethos*. Para Lukács (*apud* Lessa, 1996), os indivíduos, por meio de sua ação e participação na vida social, são potenciais protagonistas do destino do conjunto inteiro da espécie humana, na medida em que essas ações individuais repercutem, sem cessar, na vida dos outros. Aqui, como vemos, está o germe desse *ethos*. O indivíduo é prenhe de coletividade, está posta na sua humanidade. Lukács vê a trajetória histórica da humanidade como sendo uma sucessão constante de tensão entre dois polos: o gênero humano enquanto síntese e totalização das ações individuais, e as ações dos indivíduos em sua singularidade e particularidade histórica.

Essa predisposição do indivíduo para a organização política, para a luta, e aqui neste estudo examinando a luta no âmbito do trabalho e de sua ação organizativa, mostra que eles não são peripatéticos. Isto desmorona a ideia “por dentro e na base da ideologia dos governantes, de que a sociedade civil e o cidadão são amorfos, incompetentes, suspeitos etc., está a dominação brutal do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre a classe operária” (Ianni, 1981, p. 171).

A organização dos trabalhadores é uma construção histórica ancorada na vivência que cada um tem no âmbito do trabalho, o que resulta na experiência de classe, como diz Thompson (1987). A experiência de classe tem imersão em grande parte nas relações de produção. Já a consciência de classe é processada no terreno da cultura, de vez que ela engendra tradições, sistemas de valores, ideias, formas institucionais dentre outros. Em Thompson (1987), a classe é compreendida como resultante da formação social e cultural, cujos processos devem ser estudados depois de um certo tempo de experiência na luta de classe. Ianni (1994, p.69) chama a atenção para a seguinte compreensão: “é óbvio que a forma pela qual se insere o trabalhador no processo produtivo é um dado fundamental para a qualificação do empreendimento econômico. Entretanto, não se deve confundir a definição social do trabalhador com o significado do seu trabalho e, em consequência, do produto de sua atividade produtiva”.

A matriz discursiva da tradição marxista, embora estabeleça conectividade entre trabalho e trabalhador, clarifica a distinção entre ambos. A centralidade do trabalho é explicada tendo por base o processo de objetivação-externalização. A objetivação diz respeito à corporeidade da ideia num objeto criativo. O que antes era apenas ideia é transformado num corpo previamente concebido, compondo, dessa forma, um processo de transformação da natureza, sendo este o produto do trabalho do homem. Ocorre, data vênica, que neste processo o homem também se transforma. Lessa (1996, p. 10 -11), evoca Lukács para dizer que: “a objetivação é uma mediação que articula a teleologia, enquanto uma ideia abstrata e singular com a gênese de um novo ente, objetivo [...]. Toda objetivação resulta em novos conhecimentos e novas habilidades, por isso, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma”.

Aqui reside o papel social do trabalhador, o seu ethos, cujo cariz criador e transformador se assenta na sua possibilidade de constructo humano. No âmbito da doxa subjaz uma concepção teleológica do trabalho enquanto um fim em si mesmo. Ou seja, o trabalho é percebido como o grande vetor sob o qual os trabalhadores produzem os meios de sua existência, reproduzindo a sua própria vida material.

O associativismo na base da economia solidária é um modelo de inserção económica que põe o trabalhador na centralidade do processo produtivo, tanto como ser pensante, quanto como executor e gestor do processo de trabalho. Vimos que, no Amazonas cresce, significativamente, o número de empreendimentos alocados na base organizacional do Fórum da Economia Solidária. Não obstante, os informantes de nossa pesquisa revelam que há muitas dificuldades e obstáculos a serem vencidos no Amazonas, para que ocorra tanto a expansão dos empreendimentos, quanto o seu monitoramento no âmbito da gestão. O Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas acerca disso desenha o seguinte quadro:

No Amazonas temos uma maior dificuldade no âmbito da gestão dos empreendimentos solidários. A logística enfrenta uma dificuldade geográfica, tudo é pelo rio, pela água, o que torna tudo caro pra nós. Com 5 mil reais se consegue fazer todo o mapeamento dos empreendimentos no Rio Grande do Norte, aqui se faz só um município com esse valor. Uma viagem para Tabatinga custa R\$ 3.200,00, fora a estadia, alimentação e deslocamento. Nós somos diferentes de todos os Estados brasileiros, a nossa diversidade cultural é muito grande. Tem a questão das etnias [...]. Em Tabatinga, São Paulo de Olivença, a gente trabalha com a população indígena, gente que fala no seu dialeto, a gente não entende o que eles falam. Então, temos que ter com a gente um agente que entende a língua dos índios (Entrevista, 2023).

A planície amazônica, representada pela magnitude e selvageria da floresta, dos rios e da opulência de suas terras, é fechada e de difícil penetração. Ainda hoje é difícil transitar dentro da Amazônia, exige tempo e recursos financeiros consideráveis para se chegar nos lugares. Em tempos passados Viana Moog (*apud* Batista, 1976, p. 42) chamou a atenção para o fato de que “a Amazônia como que desmoraliza o próprio princípio da contradição, tanto se pode errar afirmando como negando”. Isto para falar de estatísticas indígenas presentes na região, mas serve também para falar das grandes distâncias geográficas que negam a retórica governamental, em relação ao acesso e alcance das políticas públicas na região.

As dificuldades postas a essa região são enormes não só no aspecto do deslocamento para realizar o monitoramento dos empreendimentos solidários existentes no Amazonas, mas também em razão da sua expressiva sociodiversidade. A linguagem é um fator de

sociodiversidade na Amazônia. As aldeias e os grupos indígenas distanciam-se pela variedade de línguas e dialetos que os distingue uns dos outros. Em certos casos, até mesmo uma única nação não fala a mesma língua, mas vários dialetos. Reis (1996), considera que a linguagem corrente na Amazônia dos dias atuais é um subdialeto do que se poderia chamar de dialeto brasileiro, o idioma amalgamado que se formou no Brasil. Denominação de vários utensílios de uso diário, de nomes de pessoas, da fauna e da flora, tem raiz nos troncos linguísticos indígenas.

O curso superior do vale do Amazonas, conhecido como região do Alto Rio Negro é habitado por nações de outras filiações linguísticas, como é o caso dos Tukano, que formam uma etnia dentro do tronco linguístico Tukano; os Baniwa, que vêm do tronco Aruaque; e os Maku, que formam um outro tronco linguístico. Quando o Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas diz que o dialeto indígena é um fator que dificulta o trabalho de monitoramento da economia solidária no Amazonas, ele está dizendo que o Estado brasileiro não conhece a região, na medida em que opera com cifras de recursos de forma linear para todas as regiões. Aqui na Amazônia, é necessário remunerar um agente tradutor para operacionalizar o trabalho. A esta situação Martins (2002, p.177), sinaliza dizendo que: “é lamentável que haja tantas dificuldades para que os movimentos sociais da Amazônia e o Estado se completem nesse papel de transformação social que pode, de fato, trazer a nossa sociedade para o mundo moderno e fazê-lo como justo benefício para todos”.

Quando perguntamos ao Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas o que é necessário para o avanço do aspecto econômico de geração de renda aos trabalhadores da economia solidária, ele acenou dizendo o seguinte:

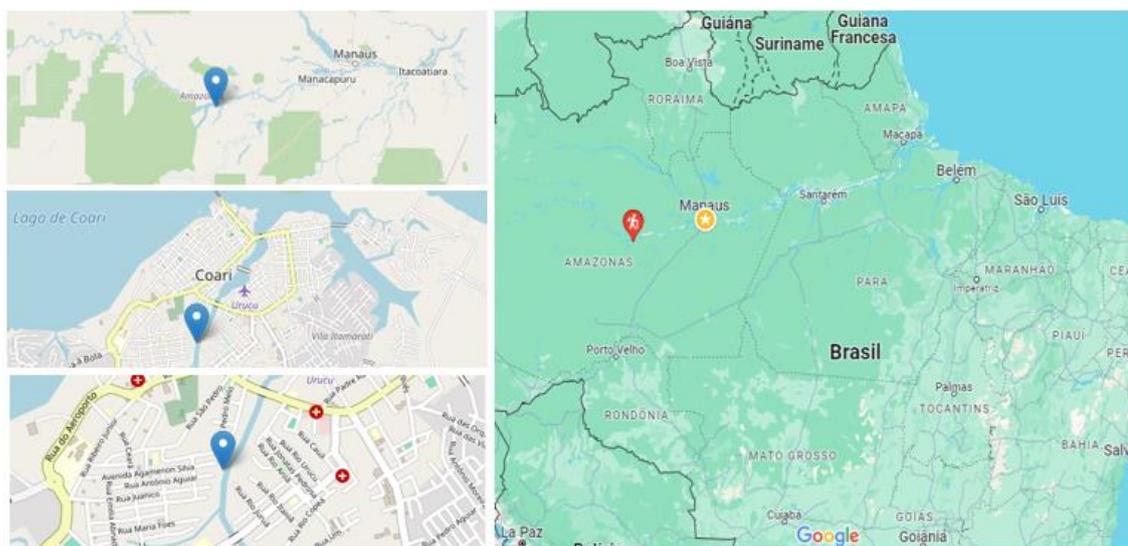
O Brasil avançou muito na área rural na era do Presidente Lula. O pequeno produtor rural coloca a família inteira trabalhando e mais os vizinhos que gostam de ajudar, exatamente são eles que alimentam o Brasil. Os Sateré- Mawé, por exemplo, estão vendendo o guaraná para a Alemanha, que vai para Munique onde ocorre o Oktoberfest. Na Bahia tem mais guaraná do que em Maués. O tambaqui tem mais na Bahia do que no Amazonas. Eles estão investindo pesado na aquicultura e no guaraná. Aqui no Amazonas ainda falta investir na potencialidade da região, empoderando mais os nativos e o homem da terra. Temos, por exemplo, a cadeia do açaí que poderia alavancar a economia, mas não se faz nada. O açaí é uma palmeira que dá muito rápido e a Embrapa do Pará está fazendo a produção do caroço do açaí. Temos pesquisas, o que falta é investimento, incremento (Entrevista, 2023).

Não resta dúvida o fato de que a organização de trabalhadores em empreendimentos produtivos de base solidária tem se revelado numa importante ferramenta para a inclusão social. São famílias inteiras mobilizadas neste tipo de trabalho solidário, tal qual constatamos na comunidade Nossa Senhora Aparecida, onde realizamos esta pesquisa.

## **A APRODUCIDA: empreendimento de economia solidária no estado do Amazonas**

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, conhecida como APRODUCIDA foi estabelecida em 25 de março de 2009, registrada sob o CNPJ 10.739.467/0001-01, e está situada atualmente em Coari, Amazonas conforme é mostrado na figura abaixo:

**Figura 1- Localização da APRODUCIDA**



Fonte: IPEA (2023). Mapa das Organizações da sociedade Civil.

A estrutura societária consiste em um único membro, com a matriz representando sua única unidade. Sob a liderança do presidente Damiao Lima Barbosa, a entidade, não é optante pelo Simples Nacional, atua há mais de 14 anos. Sua principal atividade econômica é classificada como atividades associativas não especificadas anteriormente e comércio varejista de hortifrutigranjeiros. Segundo a descrição as atividades associativas incluem defesa de interesses públicos e causas específicas, como meio ambiente, educação, minorias religiosas, grupos feministas, e outras. Além disso, a Aproducida realiza comércio varejista de hortifrutigranjeiros, oferecendo uma variedade de produtos de horta, frutas e granja, atendendo ao público em geral em Coari e região.

No quadro seguinte apresentamos os produtos agrícolas laborados e comercializados pelos membros da APRODUCIDA, a saber:

### Quadro 1: Tipos de Produto da APRODUCIDA

Legumes - Hortaliças	Frutas
<b>Cebolinha; Couve; Caruru; Cheiro verde; Maxixe; Repolho; Feijão de corda; Alface; Pimenta doce; Quiabo; Jerimum.</b>	Maracujá; Goiaba; Camu Camu; Noni; Jenipapo; Côco; Jambo; Carambola; Manga; Banana; Laranja; Abiu; Acerola

Fonte: elaboração própria

Na sua fundação, não houve investimento de capital social pelo proprietário. A empresa, categorizada como demais, opera como uma associação privada, mantendo-se ativa de acordo com os registros da Receita Federal.

Os trabalhadores da APRODUCIDA vêm forjando a sua própria forma de organização do trabalho com esforço próprio e dinamismo de cooperação e solidariedade, buscando um caminho possível para a manutenção da sobrevivência com o restabelecimento do ser social produtivo e autônomo. Quando indagamos um dos líderes fundadores da APRODUCIDA, entrevistado 1, sobre as formas de organização desta associação, ele nos revelou o seguinte:

A associação surgiu quando nós decidimos que não íamos mais vender os nossos produtos para o japonês, porque o preço era baixíssimo. Então, resolvemos montar o nosso próprio negócio. Fundamos uma associação que tem um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, conselho fiscal e conselho administrativo. Fazemos uma gestão participativa. Os sócios entregam a produção para a associação (presidente) é beneficiada a produção (organizada), vendemos e dividimos o lucro. 5% da produção que é vendida para a Prefeitura vai para a associação, o resto é dividido proporcionalmente conforme a produção de cada associado. Quem não produz não ganha (Entrevista/2023).

O associativismo dentro da economia solidária possui um cariz político-organizativo bem definido. É um instrumento de organização do trabalho que serve não só para inserir aqueles trabalhadores que estão perdendo mercado nesses tempos de reestruturação produtiva e/ou que nunca foram inseridos no mercado, como também é uma ferramenta pedagógica de educação e formação dos sujeitos da cooperação.

Os produtos agrícolas produzidos pelos associados da APRODUCIDA são comprados pela Secretaria Municipal de Educação de Coari para a merenda escolar da sede do município. Esta participação do poder público municipal deve ser reconhecida, embora não se configure como uma política pública, mas sim como uma ação governamental residual e descontínua porque cessa essa fonte em tempos de crise. Mesmo assim, em caráter de ação residual, tem sua importância para esse povo que necessitava auferir renda para a manutenção de suas famílias. De acordo com o entrevistado 2, uma das mulheres que compõe a amostra desta pesquisa, “muita coisa mudou na nossa comunidade depois da criação da associação. Antes não havia TV a cabo agora existe, entrou mais dindin. Outro benefício bom foi esse terreno onde moramos que a associação comprou e dividiu com a comunidade. E aumentou o número de pessoas aqui” (Entrevista, 2023).

Também, entrevistado 3, considera que ocorreu muitos benefícios na comunidade com o advento da APRODUCIDA: “veja, a associação trouxe esta terra que a gente mora aqui: o terreno foi dividido com as famílias. Cada um fez a sua casa. Além disso todo sábado a gente tem dinheiro” (Entrevista, 2023).

Estas falas nos levam a considerar o fato de que o trabalho continua sendo fundante nas sociedades contemporâneas. Reafirmamos o fato de que em sua perspectiva ontológica o trabalho é o elemento central na vida do sujeito histórico, capaz de rearticular as sociabilidades e organizar a vida em sociedade.

Um dos trabalhadores da APRODUCIDA ouvido nesta pesquisa (Entrevistado 4), revela que “na nossa família todos trabalham, homem, mulher e os filhos fazem os mesmos trabalhos” (Entrevista/2023).

Nesta mesma linha acrescenta o entrevistado 5, também membro da APRODUCIDA: “eu e minha família recebemos doação de terra por causa do nosso trabalho aqui na APRODUCIDA. Todos nós trabalhamos muito na agricultura” (Entrevista, 2023).

Martins (2002, p.63) lembra que “diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho. O característico camponês trabalha com sua família. Portanto, seu trabalho não é um trabalho solitário, não é um trabalho de indivíduo”. A agricultura familiar reveste-se de grande significado social para os povos tradicionais da Amazônia, assentada nas relações de reciprocidade afetiva, solidariedade e união. De acordo com Ianni (1994, p.70), “é neste contexto que devemos compreender os trabalhadores agrícolas, seja qual for a sua definição social, local ou regional: colono, volante, empreiteiro, parceiro, rendeiro, meeiro, eiteiro, camarada, peão, morador, seringueiro, agregado e outros”.

O que estes trabalhadores necessitam é de apoio, fomento, revestido em políticas públicas para o setor rural. Como diz Furtado (1997, p.51), “o desenvolvimento precisa ser encarado como problema de engenhoca social”. É verdade que o momento presente exige que os sujeitos históricos homens e mulheres criem novas formas de trabalho socialmente reinventadas e autossustentáveis, como é o caso do beneficiamento do guaraná realizado pelos Sateré-Mawé, mas também é preciso que o Estado entre com o suporte das políticas públicas.

A coordenadora da Rede Tapiri de Comercialização Solidária nos informa que “70% dos empreendimentos de economia solidária do Amazonas estão na área rural” (Entrevista, 2023). O entrevistado 6, membro da APRODUCIDA ouvida nesta pesquisa, aponta a ausência de políticas públicas dizendo que “aqui na comunidade é muito difícil o trabalho. A gente faz canteiro na maromba<sup>1</sup> pra sobreviver na enchente, vivemos assim sem ajuda” (Entrevista, 2023). A mesma dificuldade é apresentada por entrevistado 7, “a nossa vida é arriscada na cheia, trabalhamos em cima de maromba com os canteiros. Não podemos parar porque precisamos sobreviver” (Entrevista, 2023). O entrevistado 8, conclui dizendo: “a gente tem a associação que se organiza para lutar pelos nossos direitos. Só contamos com a Petrobras que aluga um ponto em a feira para a gente vender os produtos, mas é só. A Prefeitura de Coari não nos reconhece como associação” (Entrevista, 2023).

As determinações naturais e os condicionantes sociais dos povos tradicionais da Amazônia, tornam o homem do campo ainda mais vulnerável e em estado de risco social. A situação de ausência ou ineficiência de políticas públicas na qual se encontram as famílias nas comunidades tradicionais é grave. Martins (2002), alude a esta situação dizendo que a sociedade contemporânea é essencialmente a sociedade da luta contínua contra as formas de exclusão, não só aquelas que se associam à pobreza material. Para o autor, “a luta é fundamentalmente pela integração, sobretudo pela integração simbólica quando a integração material e social não se concretiza na extensão que se espera” (Martins, 2002, p.46). Maffesoli (2005, p.57), acrescenta dizendo que o povo deve lutar e “endossar o que é bom pra ele”.

É preciso compreender a Amazônia na matriz da condição humana que ela se assenta, voltando o olhar para a sua gente. É importante e urgente que o Estado compreenda que a enchente e a vazante são um problema social que atinge profundamente a vida na região, como vimos nos últimos tempos pela mídia televisiva. A morte dos peixes, botos e a fumaça das queimadas que atingiu o Amazonas é uma situação gravíssima.

---

<sup>1</sup> Maromba é um aparato ou um instrumento de proteção da enchente que o homem amazônico utiliza para manter à salvo das águas o gado, as pequenas criações domésticas, hortaliças, legumes e outros. É feito de madeira com piso (assoalho) alto, tipo palafita, para evitar o alcance das águas.

A singularidade do trabalho na Amazônia está estritamente associado à agricultura e, embora a agricultura tenha passado por processos de transformação, ela permanece pujante nos dias atuais numa “série evolutiva” (Mazoyer; Roudart, 2010, p.44). À época da colonização os indígenas sobreviviam essencialmente do extrativismo da caça e da pesca. A organização do trabalho nesse período dava-se essencialmente em torno da coleta. A agricultura era atividade complementar das fontes alimentares, destacando-se aí o cultivo da mandioca. Agassiz (1975) registra no diário de viagem da expedição Viagem ao Brasil dizendo que os povos indígenas executavam vários tipos de trabalho com o propósito de garantir sua manutenção, mas não se ocupavam com a estocagem nem mesmo de alimentos. Pescavam, caçavam e colhiam somente o essencial para a sobrevivência.

Outros aspectos observados por Agassiz (1975) estão associados à generosidade dos indígenas para com os visitantes, os quais eram costumeiramente agraciados com presentes que, em geral, eram frutas, ovos, galinhas, flores, cuias, sementes dentre outros. Galvão (1976) chama a atenção para o fato de que muitos elementos das culturas indígenas permaneceram intactos nos modos de vida das etnias indígenas e dos povos tradicionais da Amazônia. Os nativos mantiveram os elementos fundantes de suas culturas de forma preponderante. Uma das maiores provas disso é a interatividade entre o homem e a natureza em cuja relação simbiótica está o sentido da vida na Amazônia (Torres, 2005 b).

O trabalho agrícola no âmbito da APRODUCIDA é realizado sob o signo da divisão social do trabalho, embora isto não se dê de forma excessivamente rígida. De acordo com o entrevistado 9, uma das mulheres ouvida nesta pesquisa, “o trabalho pesado quem faz é o homem porque o homem vai na frente, a mulher nem todas as coisas ela pode fazer. Mas, eu faço leira<sup>2</sup>, capino, faço tudo” (Entrevista, 2023). Já o entrevistado 10, outro membro da APRODUCIDA, diz o seguinte: “quem faz a leira sou eu. A mulher só colhe depois que está plantado, só faz recolher. O homem tem mais força para trabalhar” (Entrevista, 2023).

O roçado ou o sistema produtivo da várzea amazônica onde são produzidos os gêneros alimentícios, tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização, é considerado locus de trabalho de homens e mulheres. Ressalte-se que a agricultura, a terra, está para a mulher assim como o rio e o mar estão para o homem. Em termos simbólicos a terra como geradora, reprodutiva, fértil, é associada à mulher que também possui a característica de gerar vida. Daí a grande simbologia da Mãe Terra conhecida no mundo ocidental.

O fato de simbolicamente a mulher ser associada à agricultura contribuiu para que este tipo de trabalho perdesse valor, porque passou a ser associado à uma prática das mulheres, tal como ocorre com o trabalho da casa, doméstico. As atividades realizadas pelas mulheres no roçado não são consideradas trabalho, mas uma espécie de “ajuda”. Para Torres (2005 a, p.154), “o significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente possamos supor. Além de ela realizar o importante trabalho de preparo do plantio [...] faz também o trabalho de colheita de malva, piaçaba e lavagem de juta, considerado trabalho pesado”.

---

<sup>2</sup> A leira é o sulcro ou rego aberto na terra para que nele seja depositada a semente ou muda. Rego queo arado abre na terra e no qual se lança a semente.

Embora o corte de gênero não esteja inserido neste objeto de estudo, não podemos deixar de perceber que as mulheres são partes integrantes do sistema produtivo. "São sujeitos vivos do sistema simbólico do trabalho, o qual é tido como um fator de maturação, status e desenvolvimento social para elas" (Torres, 2012, p. 199). O trabalho para as mulheres é um fator de reconhecimento delas por parte da comunidade, é uma espécie de "troféu" que elas recebem, embora sejam vistas como coadjuvantes do marido.

Nas reflexões sobre as variações do trabalho das mulheres aparece a cultura como um elemento importante que pode determinar o grau do que se entende por leve e pesado. Para Brumer (2004, p. 211), "o caráter de pesado ou leve da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades [...], a mulher executa tanto leves quanto pesadas, como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas e carregar água em lugares distantes do domicílio".

A simbologia do servilismo entrelaçada à cultura segregadora e dominadora do patriarcado, acabou definindo os papéis e os espaços de forma estereotipada e segmentada conforme os sexos: esfera pública como lugar dos homens e esfera privada como espaço do trabalho das mulheres onde está situada a agricultura. Na comunidade Nossa Senhora Aparecida esta divisão sexual dos papéis parece ser mais flexível, na medida em que homens e mulheres em determinado momento e de acordo com as circunstâncias das necessidades, realizam todos, os mesmos trabalhos. Isto, porém, varia de família para família.

No que se refere às dificuldades encontradas pelos trabalhadores associados da APRODUCIDA, o entrevistado 11, presidente da comunidade, revela que "falta apoio financeiro para a comunidade. Falta também apoio técnico do IDAM [Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas] porque sem apoio técnico fica difícil ter crescimento aqui" (Entrevista, 2023). Também o entrevistado 8 reclama que não há apoio de políticas públicas para a comunidade, principalmente quando está cheio o rio. Vejamos: "quando tá seco tá bom de trabalhar. Na várzea é difícil, toda hora tem que estar plantando. Na várzea a gente suspende e faz um canteiro aí dá pra plantar um pouco em cima da maromba. Precisa que o governo veja a nossa situação na cheia (Entrevista, 2023).

Os povos tradicionais da Amazônia banhados pelas águas, como anotou Porro (1995), é essencializado ou naturalizado em sua condição humana. O Estado brasileiro esqueceu e relegou este povo à sua própria sorte como sinalizou Batista (2007), cujo isolamento em meio a uma região inóspita levou Euclides da Cunha ao ceticismo no sentido de considerar impossível o desenvolvimento da vida humana na região.

Uma região nucleada pelas leis naturais de enchente e vazante das águas, cuja estiagem "castiga" as gentes que nela fizeram a sua morada com suas culturas e estilos de vida próprios – mas que no tempo da enchente são compelidos a deixar suas casas para não correr risco de vida em virtude da subida das águas –, necessita sim da proteção do Estado com políticas públicas. Não podemos concordar com a naturalização da vida do homem amazônico relegado ao conformismo frente ao rigor e intempéries da natureza. Trata-se da ausência do Estado Nacional que se faz ausente e se apoia, estrategicamente ou propositalmente, nas leis da natureza e na condição étnica para essencializar os nativos da região e exonerar-se das políticas públicas dirigidas a eles de forma satisfatória.

No que diz respeito ao incentivo para a agricultura familiar, o professor Paul Singer, em entrevista nos informou que “o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar abrange todas as regiões Norte, Sul, Leste e Oeste e precisa ser acessado pelos empreendimentos solidários e os agricultores familiares em geral” (Entrevista/2015). O que ocorre, na maioria das vezes, é que os agricultores desconhecem o PRONAF e os seus critérios de acesso, informações que poderiam ser qualificadas pelas instituições, incluindo a própria Universidade que deveria realizar a ecologia de saberes, como propõe Santos (2006). Para este autor, ecologia de saberes é “por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico que a universidade produz, e os saberes [...] que circulam na sociedade” (Santos, 2006, p.76).

Em entrevista, o Secretário Adjunto da Secretaria de Produção Rural de Coari, revela o seguinte:

Estamos montando um organograma para fazermos um levantamento básico das comunidades do município de Coari. São 206 comunidades no entorno de Coari. Temos uma parceria com o IDAM para realizarmos o recadastramento técnico dos agricultores familiares. Ainda não temos parceria com a APRODUCIDA, mas já conhecemos essa associação. Ainda não temos uma relação institucional com ela porque estamos começando o trabalho (Entrevista, 2023).

Veja que as respostas do poder público local em relação aos trabalhadores rurais associados da APRODUCIDA, ainda estão sendo gestadas, estão no horizonte das possibilidades, no âmbito do vir-a-ser, mas de um devir incerto, porque até o término de nossa pesquisa, o poder público local ainda não tinha comparecido à comunidade Nossa Senhora Aparecida, ficando, pois, no âmbito das promessas não cumpridas, não permitindo que a população rural “mantenha uma condição minimamente digna” (Almeida; Maneschy, 2001, p.441).

A pertinência das políticas públicas significa alavancagem do setor primário, reconhecimento institucional da agricultura familiar de forma grandiosa e não residual como faz o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Afora isto, os trabalhadores da APRODUCIDA vem forjando a sua própria forma de organização do trabalho com esforço próprio e dinamismo de cooperação e solidariedade, buscando um caminho possível para a manutenção da sobrevivência com o restabelecimento do ser social produtivo e autônomo.

## Considerações Finais

O modo pelo qual os trabalhadores se integram para se inserirem à economia de mercado, pela via do coletivo, é uma saída inteligente nos dias atuais. A economia solidária é uma forma de organização do trabalho que está ao alcance dos trabalhadores, incluindo os camponeses das comunidades tradicionais da Amazônia. Esta modalidade de trabalho permite aos trabalhadores da Amazônia profunda reunirem os recursos naturais da agricultura familiar com suas formas de organização político-social para prover a sobrevivência.

A nossa pesquisa comprova que o associativismo possui um veio de elevado grau de socialização e cooperação, presentes nas formas de pertença vividos no âmbito da

coletividade. É perceptível o fato de que a economia solidária é capaz de prover a subsistência dos trabalhadores rurais, situação constatada por esta pesquisa realizada com os membros da APRODUCIDA, situada na Comunidade Nossa Senhora Aparecida no município de Coari, no Amazonas.

Essa constatação, com efeito, nos leva também a reconhecer, que esses empreendimentos são de baixa rentabilidade, necessitando, portanto, da intervenção do Estado por meio de política públicas.

As dificuldades e obstáculos enfrentados pelos trabalhadores da economia solidária na Amazônia, ainda são enormes. Inexiste, praticamente qualquer iniciativa por parte do poder público local, direcionados aos empreendimentos solidários. Do mesmo modo, tornou-se difícil o monitoramento a esses empreendimentos por parte do Fórum de Economia solidária Local, por ausência de recursos públicos para realizar essas ações.

Em tempos passados, não tão distantes, a então secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), exerceu um papel de indutor dos empreendimentos solidários em todas as regiões brasileiras. Ou seja, o Estado brasileiro orientava as municipalidades a estabelecerem relações comerciais com os trabalhadores da economia solidária, comprando os seus produtos. Atualmente, não se percebe tais iniciativas.

Por fim, deve-se reconhecer a capacidade e dinamicidade dos trabalhadores da economia solidária, de se reinventarem inteligentemente nesta modalidade de trabalho. Cabe, pois, ao Estado voltar o seu olhar para estes trabalhadores com políticas que potencializem os empreendimentos solidários.

## Referências

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALMEIDA, Marineide Pereira de; MANESCHY, Maria Cristina. Pesca e Lavoura: espaços de complementariedade. In: FERREIRA, Mary (org.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís. Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Traduzido por Roberto Raposo. Pós-fácio de Celso Lafer. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Prefácio de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro: **Conquista**, 1976.

BELO, Diego Carvalho; OLIVEIRA, Eliana Monteiro Soares de. Economia solidária no Brasil: gênese, tipologias e práticas exitosas. In: Timóteo, Gerardo Márcio (Org) **Economia solidária e desenvolvimento social: perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental**. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: EdUENF. 127p. 2019.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher agricultora do Rio Grane do Sul. **Revista de Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2004.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. BOLE Willi., Castro, Edna.; VEJMEKKA, Marcel (org). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

COELHO, Ariadne Cristina. **Os limites e desafios da formação em economia popular solidária**: educar para a prática da autogestão. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FIGUEIREDO, Eduardo; MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan; NORDER, Luiz Antônio Cabello. Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do instituto chão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 10348-10370. 2020.

FURTADO, Celso. **Aventuras de um economista brasileiro**: a fantasia desfeita. Tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

HIGA, William. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2005. **Anais [...]**. Londrina (PR), 2005. v. 1. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/willianhiga.pdf>. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Mapa das Organizações da sociedade Civil**. 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/399580#dados-gerais>. Acesso em: 27 de jan. de 2024.

KREMER, Andréia Maria; AKAHOSHI, Wesley Batista; TALAMINI, Edson. Análise de redes sociais informais baseadas em relações de confiança percebida. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n. 4, p. 213-236, jul./ago, 2017.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, v. 52, p. 7-23, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Traduzido por Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MANÇE, Euclides André. A revolução das redes de colaboração solidária. Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, 2005. **Anais [...]**: Sevilha, Espanha, 2005. Disponível em: [https://solidarius.net/mance/biblioteca/A\\_Revolucao\\_das\\_Redes\\_de\\_Colaboracao\\_Solidaria.pdf](https://solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf). Acesso em: 06 de nov. de 2023.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. In: SCHMIDT, Derli; PERIUS, VERGÍLIO; CATTANI, André (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira e Leandro Kander. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD/ MDA; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORAIS, Edson Elias de.; LANZA, Fabio.; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos.; PELANDA, Sílvia Schroeder. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no BRASIL. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67–88, jan./mar. 2011.

MORGES, Rafaela Novaski. **Experiências de tecnologia social e agricultura familiar: no contexto do município de tunas do paraná (PR)**. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Administração. 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5101/1/agriculturafamiliartunasdoparana.pdf>. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis, INÁCIO Gaiger, Luiz; HESPANHA, Pedro (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil Ltda, 2009.

NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. In SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Daniel.; GRISA, Cátia.; NIEDERLE, Paulo. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da rede ecovida de agroecologia e redecoop. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 135–63, jan./abr. 2020.

PAIVA, Isaac César Pacheco de. **Redes de cooperação de economia solidária e convivência com o semiárido**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. RJ: Vozes, 1995.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso em: 23 de abr. de 2023.

SINGER, Paul Israel. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 6ª ed. São Paulo: Contexto. 2003.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na rede economia solidária e feminista**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JUNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P e Inovação**, v. 7, n. 1, p. 8–25, 26 set. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Traduzido por Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: Edua, 2005a.

TORRES, Iraildes Caldas. Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia. **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, v 4. n2, p 1- 10. 2005b.

TORRES, Iraildes Caldas. **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Valer, 2012.

Submetido em: 01/12/2023

Aprovado em: 07/02/2024

Publicado em: 27/03/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)